

ATA DA 575ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP

ATA – Aos vinte e sete dias de maio de dois mil e vinte e um, reuniu-se, em primeira Convocação, a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. A sessão foi realizada de forma *online*, na plataforma Zoom, devido à pandemia do Corona vírus sob a presidência do Senhor Diretor, Prof. Dr. Manfredo Harri Tabacnicks, com a presença do Vice-Diretor, Prof. Dr. Gustavo Alberto Burdman e dos seguintes membros: **Professores Titulares:** Profs. Drs. André Bohomoletz Henriques, Antônio Martins Figueiredo Neto, Edilson Crema, Elcio Abdalla, Elisabeth Mateus Yoshimura, Guennadii Gusev, Iberê Luiz Caldas, Marcelo Martinelli, Márcia Carvalho de Abreu Fantini, Marcos Nogueira Martins, Maria Teresa Moura Lamy, Marina Nielsen, Marília Junqueira Caldas, Nelson Carlin Filho, Nestor Felipe Caticha Alfonso, Oscar José Pinto Éboli, Paulo Alberto Nussenzweig, Renata Zukanovich Funchal, Renato de Figueiredo Jardim, Ricardo Magnus Osório Galvão, Rosângela Itri, Roberto Vicençotto Ribas, Rubens Lichtenthäler Filho e Victor de Oliveira Rivelles; **Chefes de Departamento:** Profs. Drs. Henrique de Melo Jorge Barbosa, Ivone Freire da Mota e Albuquerque, Kaline Rabelo Coutinho, João Carlos Alves Barata, Helena Maria Petrilli e Luiz Carlos Chamon (Suplente); **Presidentes de Comissões:** Profs. Drs. Fernando Silveira Navarra, Luís Raul Weber Abramo, Adriano Mesquita Alencar, Cristiano Luís Pinto de Oliveira e Valéria Silva Dias; **Professores Associados:** Profs. Drs.: Arnaldo Gammal, Marcelo Gameiro Munhoz, Enrico Bertuzzo, Daniel Reinaldo Cornejo, Valmir Antonio Chitta, Antonio Domingues dos Santos, Alain André Quivy, Nilberto Heder Medina, Marcia de Almeida Rizzutto, Valdir Guimarães, Rafael Sá de Freitas, Paulo Roberto Costa, Carlos Eduardo Fiore dos Santos, Paulo Teotônio Sobrinho, Marcio Teixeira do Nascimento Varella, Frédérique Marie Brigitte Sylvie Grassi, Domingos Humberto Urbano Marchetti (Suplente), Sérgio Luiz Morelhão e Fernando Tadeu Caldeira Brandt; **Professores Doutores:** Profs. Drs. Caetano Rodrigues Miranda, André Machado Rodrigues, Cristina Leite, Tiago Fiorini da Silva, José Fernando Diniz Chubaci, Marco Bregant, Nemitala Added, Alexandre Levine, Ivã Gurgel, Alexandre Lima Correia e Nora Lia Maidana; **Representantes Discentes: Pós-Graduação:** Lucas de Arruda Serra Filho; **Graduação:** João Gabriel M. C. de A. Arneiro, Francieli Perez de Lima, e Silva e Iago Ribeiro Lisboa. Encontram-se **em licença-prêmio** os seguintes membros docentes: **Professores Titulares:** Prof. Dr. Mário José de Oliveira; **Professores Doutores:** Profa. Dra. Suzana Salem Vasconcelos. **Justificaram suas ausências** os seguintes membros docentes: **Professores Titulares:** Profs. Drs. Manoel Roberto Robilotta, Sylvio R. Accioly Canuto e Vito Roberto Vanin; **Chefes de Departamento:** Prof. Dr. Alexandre Alarcon do Passo Suaide; **Professores Associados:** Profa. Dra. Maria Cecília B. S. Salvadori; **Professores Doutores:** Prof. Dr. Ivã Gurgel. **Não compareceram à reunião e não apresentaram justificativas** para suas ausências os seguintes membros: **Representantes Discentes: Graduação:** Gabriel A. Keler Pelles e seu suplente Nicolas Labiapari Maia, Giuseppe Matos Esteves e seu suplente Lucas Antonio de Sousa Ribeiro, Giovana de Fatima Salamoni de Deus e seu suplente João Vitor Montagnana Cabral. A Assistente Acadêmica, Sra. Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, secretariou a reunião. O **Senhor Diretor** inicia a reunião às 9h10min, passando à **1ª PARTE - ORDEM DO DIA - Item I - Assuntos novos para deliberar: Item I.01 - Apreciação das propostas de alteração do regulamento da CCP e regimento da CPG do Programa de Pós-Graduação em Física, aprovado pela Comissão de Pós-Graduação em 17.05.21. Prof. Raul Abramo** – Em 2018 a USP aprovou o novo Regimento da Pós-Graduação com uma série de modernizações e atualizações, que geraram uma cascata de atualizações nos regulamentos e regimentos das Comissões Coordenadoras de Programas e Comissões de Pós-graduação em toda a USP. Quando eu fui eleito Presidente da CPG, assumi a tarefa de fazer as adequações necessárias no regulamento e no regimento da Comissão. Esta proposta, que já foi aprovada pela CPG, deve ser apreciada agora pela Congregação para ser encaminhada ao Conselho de Pós-Graduação da USP. Há uma orientação para que as pós-

A T A S

graduações, em particular as avaliadas com notas 6 e 7, fossem harmonizadas. Foi um processo interativo. Tivemos inúmeras discussões na CPG. Nesse processo, em várias ocasiões nós pedimos para os departamentos se manifestarem a respeito dessas propostas de mudanças que são importantes. As alterações no Regimento de Pós-graduação são as seguintes: a composição da CPG permanece inalterada. Para o ingresso na pós-graduação, além do EUF, passamos a aceitar também o exame específico de física do GRE, que é o principal exame no mundo de ingresso na pós-graduação. A nota do GRE é 55%. Nós também aumentamos a nota de ingresso no doutorado direto. A ideia do doutorado direto sempre foi de que esses alunos tivessem uma performance maior, porém nós somos impedidos de, após o aluno ingressar na pós-graduação, fazermos exigência maiores. A solução encontrada foi colocar um patamar um pouco maior para o doutorado direto. Dessa forma, a nota mínima para o Doutorado Direto é 6,0 no EUF e 65% no GRE e para o Mestrado/Doutorado: 4,0 no EUF (inalterado), 55% no GRE. Quanto aos créditos especiais, agora são 8 para o Mestrado, 10 para o Doutorado, 12 para o Doutorado Direto e 4 créditos permitidos para artigos publicados pelos alunos. Além disso, não é mais exigida a proficiência em Português para alunos estrangeiros e casos de intercâmbio. Com relação à Língua da tese/dissertação, agora o aluno pode em qualquer momento comunicar se será em português ou inglês, sem necessidade de autorização da CPG. Os créditos em disciplinas necessários para o exame de qualificação passaram de 14 para 12, sendo assim é possível fazer a qualificação um pouco antes. Além disso, o prazo para realizar a qualificação passou de 60 para 90 dias a partir da data de inscrição. Com relação ao critério de credenciamento de orientadores/coorientadores, há uma grande preocupação da USP com a proliferação de revistas predatórias nas quais a qualidade é um fator secundário. A orientação da PRPG é para que as pós-graduações, especialmente aquelas de maior qualidade da USP não aceitem qualquer trabalho em qualquer revista. Isso não será aceito no Conselho de Pós-graduação. O critério para credenciamento de orientadores e coorientadores era de duas publicações nos últimos três anos e agora essas publicações são qualificadas. A CPG fez um estudo dos últimos 5 anos de todos os nossos credenciamentos para saber em quais casos estaríamos correndo riscos de eventualmente excluir algum orientador por algum critério injusto que estivéssemos escolhendo. A solução encontrada foi adotar um critério híbrido onde são aceitas as revistas que se enquadrem em ao menos uma das três categorias estabelecidas: (1) se a revista estiver em um dos três extratos superiores do Qualis CAPES, (2) primeiro quartil na área de conhecimento relevante segundo o *Journal Citation Reports* (Clarivate/Scimago Journal Rank) ou (3) primeiro quartil na área de conhecimento relevante segundo o *CiteScore* (Scopus). Há rumores de que o Qualis da CAPES vai acabar. Ele teve muitas mudanças. Houve muita pressão de várias áreas diferentes da CAPES para que ele mude tanto que seja extinto e seja irreconhecível até. Dessa maneira, caso o Qualis da CAPES torne-se algo inútil, tem alguns outros critérios que podemos utilizar. Essa é uma das principais mudanças que nós estamos propondo para o Regulamento, que é para qualificar a produção. As últimas mudanças que eu gostaria de ressaltar são referentes ao credenciamento específico de orientadores/coorientadores, tipicamente externos ao IFUSP, é permitido o máximo de duas orientações. Orientadores externos devem buscar um coorientador que seja orientador pleno do Programa, além da anuência do Chefe do Departamento para uso da infraestrutura do Instituto. Em alguns casos nós tínhamos orientadores específicos que não estavam em lugar nenhum e que não tinham nenhuma infraestrutura e nenhum apoio na Unidade do docente e nem no Instituto de Física. Para evitarmos isso, tem que ter um coorientador, o que é natural porque qualquer coorientador externo tem que ter um projeto de pesquisa em conjunto com o orientador pleno do Instituto e tem que ser hospedado em algum departamento. O último ponto são os procedimentos para depósito, que agora preveem o depósito digital como padrão, o que simplifica todo o processo.

Senhor Diretor - O GRE o que implica comparado ao EUF? O GRE transfere para os outros a nossa responsabilidade de entrar na pós-graduação. Quais as implicações disso? **Prof. Raul**

Abramo - O EUF é um exame nacional do qual nós participamos, mas nós delegamos a uma comissão do EUF. Essencialmente todas as pós-graduações em Física do Brasil agora se utilizam do EUF. Ele já é algo que é externo e de uma certa maneira é algo que tem funcionado muito bem. Esse é o modo padrão para 99% dos ingressos na pós-graduação e continuará sendo. É algo sobre o qual temos bastante influência e ajudamos a preparar as questões. Vários docentes do Instituto, em particular o Prof. Luís Gregório e outros, nos ajudam a manter um bom nível e adequar ao nível dos nossos alunos. Nós tivemos docentes que tinham alunos que vinham da Itália e do Irã e não tinham o EUF, mas eles têm o GRE. Este mecanismo permite que nesses casos, que são excepcionais, o aluno seja admitido. O percentil de 55% que mapeamos é algo mais ou menos parecido com a nota 4 mínima do EUF. Eu gostaria de lembrar que a nota mínima raramente é um impedimento para ingresso na pós-graduação. O problema de ingresso na pós-graduação raramente é o número de bolsas que nós temos. A classificação de bolsa é geralmente muito mais rigorosa e acima do que essa nota 4. Essa não é uma barreira forte para o ingresso na pós-graduação. Dessa maneira existe um critério para ingresso na pós-graduação, mas ele não é um critério excessivamente rigoroso que exclua eventualmente alunos com bom potencial. No momento que o regulamento for aprovado pelo Conselho de Pós-graduação o GRE poderá ser oficialmente aceito, desde que o aluno tenha passado do percentil de 55%. **Prof. Nestor Caticha** - O GRE tem todo um cuidado para manter uma estabilidade no que significa uma nota ao longo dos anos. Nós temos isso para o EUF? A primeira pergunta é se essas notas de corte significam o mesmo de um ano para outro. A segunda pergunta é como que vocês chegaram à conclusão de que 4 é 55%? E, qual vai ser a transformação para a atribuição de bolsas de GRE para o EUF. **Prof. Raul Abramo** - O ETS é a instituição que gerencia o GRE e eles fazem esse exame há décadas. Eles têm de fato uma harmonização do que significa o percentil há muitos anos, é basicamente o que significa hoje, tem pouca variação. Eles usam a teoria da resposta ao item, eles têm uma estatística fabulosa. O EUF é um exame mais recente, mas a ideia do EUF é que ele tenha um nível que seja essencialmente parecido de ano para ano. Ele não é exatamente o mesmo e por essa razão o EUF sofre o que chamamos de uma renormalização cada vez que ele é feito. A nota do EUF é renormalizada para exatamente ajustar eventuais flutuações que nós tenhamos nesses diferentes níveis. Basicamente usamos a nota média dos alunos para normalizar a nota dos exames anteriores e isso nos permite normalizar os exames dentro do mesmo nível. Nós queremos melhorar o nível do exame e a principal mudança foi que o EUF passou de um exame essencialmente presencial para um exame que agora é virtual, feito online. Isso teve um impacto ainda maior nas notas inclusive. Essa é uma preocupação constante da equipe que faz o EUF: como garantir que tenha um certo nível e que as pessoas entendam o que quer dizer o nível. Não é só manter o nível é todo mundo que está usando o EUF entender o que significa uma nota 4, 5 ou 6. Quanto ao mapeamento de 4 para 55% do percentil do GRE, francamente eu não me recordo da conta que eu fiz para chegar a isso. Foi algo baseado também nos critérios usados em outros lugares. Eu me lembro que eu conversei com outras pós-graduações no Brasil que aceitam o GRE e que tinham notas semelhantes de ingresso como nós e, conversando com eles, chegamos nesse número. Não é uma conta exata e não tem nem como fazer uma conta exata. De qualquer maneira é algo que é uma exceção para um número muito pequeno de alunos e se isso se tornar uma forma mais corriqueira de ingresso na pós-graduação, nós podemos fazer correções se precisar. Nesse momento o melhor ajuste que eu fiz foi me basear nas experiências de outros programas de pós-graduação em que isso é aceito. **Prof. Paulo Nussenzveig** - gostaria de mencionar que o GRE utilizado é o geral, não o específico. Queria lembrar também que o 4 no EUF é um 4 normalizado e não é uma barreira alta. Os alunos que concorrem à bolsa têm notas muito mais altas do que esse 4. Então a barreira do GRE é essencialmente similar a essa barreira. Outra observação é que o Prof. Raul pode talvez dizer qual é a diferença do valor das taxas de inscrição para fazer o EUF e para fazer o GRE, o que explica



porque tem tantos alunos a mais fazendo o EUF do que o GRE. **Prof. Raul Abramo** – Primeiro, é o GRE *Subject Tests* que é o GRE específico de Física. É esse que vale aqui. O GRE geral é usado nos Estados Unidos junto com o específico muitas vezes, mas esse que está colocado na proposta do regulamento é o teste GRE de Física e não o teste de linguagem, de lógica que é outro. Então o percentil é de 50% e 55% no GRE específico. A classificação de bolsas é feita por uma coleção de critérios que envolvem nota do EUF ou GRE, histórico escolar, a carta de intenções do aluno, carta de recomendação, projeto de pesquisa eventualmente, se fez iniciação científica ou não, atividades durante a graduação, uma série de critérios que são pesados por equipes da CPG que vem fazendo isso há anos. Essa classificação para bolsa é uma coleção de critérios que já são muito variados e não é um problema incluir GRE numa avaliação desse tipo, tem que ser feito com mais cuidado, mas ele já faz parte de um *pool* de critérios que temos que pesar na hora de indicar as bolsas. Lembrando que ingresso na pós-graduação tem que ter um critério objetivo por uma questão legal. Esse critério é, portanto, nota 4 no EUF ou 55% no GRE específico. Para a classificação de bolsas é um julgamento de uma coleção de critérios. A taxa de inscrição do EUF está por volta de R\$ 100,00, porém alunos carentes podem pedir a isenção da taxa. O GRE é um exame caro e os alunos brasileiros geralmente não fazem o GRE. É muito difícil que o GRE substitua o EUF. Então não temos uma barreira financeira efetiva para que os alunos ingressem na pós-graduação. Não há um impedimento financeiro para esse exame. **Senhor Diretor** - Não havendo mais perguntas, vou colocar em votação a proposta de alterações no regimento e regulamento. Aprovado por unanimidade. **Item 1.02 - Apreciação da inscrição do Prof. Juan Manuel Restrepo Arteta ao concurso para obtenção do Título de Livre-Docente junto ao Departamento de Física Aplicada, referente ao 1º período de 2021 (Edital IF-03/21).** **Prof. Luiz Carlos Chamon** – Eu fui solicitado a relatar a inscrição e me ative à parte formal da documentação. O Prof. Juan defendeu o doutorado há dois anos e está pleiteando a inscrição ao concurso de livre-docência. Ao analisar a documentação, à primeira vista me pareceu que estaria tudo correto, mas depois eu percebi que ele colocou como tese de livre-docência a própria tese de doutorado. E, de fato, eu fiquei pensando se eu poderia dar um parecer contrário à aceitação da inscrição porque no edital consta que o documento a ser entregue como tese de livre-docência tem que ser uma tese original ou um documento que sintetize a obra da pessoa. Ao meu ver, uma tese de doutorado não atende esse requisito. Ela nem é original porque já foi defendida e nem é um documento que sintetiza a carreira da pessoa e o seu trabalho científico. Por essa razão dei um parecer no sentido de que a Congregação rejeite essa inscrição. **Senhor Diretor** – Eu confesso que nós também ficamos em dúvida e consultamos a Procuradoria Geral e a resposta é que “original” e “inérito” são coisas diferentes. A tese continua sendo original se pertencer ao autor que a publicou e nada impede que o autor trabalhe no assunto e faça uma reflexão profunda de sua própria obra para fazer uma livre-docência. Todavia você não pode usar o mesmo documento para obtenção de 2 títulos diferentes. Ele não pode usar a tese da obtenção do título de Doutor para obter um título de Livre-docência. É nesse ponto que estamos nos apoiando e solicitamos o parecer da PG porque nós precisamos tomar essa decisão embasada em aspectos legais. **Profa. Kaline Coutinho** – Em algum lugar o IFUSP disponibiliza o que é esperado para o perfil de livre-docentes? Aparentemente esse pesquisador não percebeu que o perfil dele de recém doutor, com apenas dois anos, sem ter nenhum orientando, não é um perfil adequado. Suponha que ele tivesse escrito um documento muito parecido com sua tese de doutorado, mas que não tivesse escrito na capa tese de doutorado. Simplesmente ele tivesse feito algumas modificações pontuais e acrescentasse uma capa nova, nós faríamos todo o procedimento de montar banca, fazer o concurso mesmo com a grande possibilidade de reprovação, porque ele não tem o perfil adequado, só porque nós não disponibilizamos esse perfil. **Prof. Paulo Nussenzveig** - Nós temos o Projeto Acadêmico e nele nós temos o perfil de cada categoria docente. **Prof. Gustavo Burdman** – De fato, todos os perfis docentes deveriam ser públicos, particularmente

A T A S

para aqueles que são externos à Universidade e desejem fazer a livre-docência. Eu não acho que seja ilegal informar qual é o perfil de Professor Associado e, portanto, qual deveria ser a situação acadêmica de um candidato a livre docência no Instituto. Obviamente com o julgamento da documentação pelo Prof. Chamon e o parecer da PG essa é uma questão que nada tem a ver com o mérito, mas a ideia de a pessoa estar informada de antemão é uma boa ideia e deveríamos considerar. **Prof. Antonio Figueiredo** – Eu fico um pouco preocupado em tentar publicizar alguma coisa que na verdade acabe tendo um pré-julgamento. Realmente qualquer pessoa tem o direito de fazer esse exame e nós temos a obrigação de montar a banca e a banca, na verdade, é quem vai fazer esse julgamento. A inscrição tem que ser aceita e vamos fazer a melhor banca possível para que seja analisado de forma razoável. Se ele apresentou esse material, do ponto de vista dele, é um material razoável e se tem um parecer dizendo que é possível que isso ocorra, eu seria a favor de aceitar e pronto. Eu acho que nós podemos incorrer em problemas mais sérios jurídicos se não aceitarmos como sendo um trabalho novo ou não, pois quem vai definir isso é a banca. **Prof. Ricardo Galvão** – O título de livre-docente é um título Universitário. Está muito bem explicado no regulamento da USP o que é necessário para uma pessoa se inscrever para o título de livre-docente. Não temos que colocar mais nenhum empecilho. **Senhor Diretor** - Eu só lembro que, nesse caso, o documento apresentado não pode ser utilizado para obter dois títulos. **Prof. Ricardo Galvão** – Isso está correto. Se o documento não puder ser usado para obter dois títulos nós podemos recusar qualquer inscrição como disse o Prof. Chamon, nos aspectos formais e mais nada. **Profa. Elisabeth Yoshimura** – O candidato defendeu um doutorado aqui e por apresentar a mesma tese nós não podemos aceitar. Esse é um aspecto que ficou muito claro pelo parecer da PG que é formal. Quanto a usar o perfil acadêmico é complicado porque é um perfil de docente do Instituto de Física que tem o título de livre-docência. Ele não está se candidatando a docente do Instituto, então o perfil não serviria para ele. Eu pediria o depoimento do Prof. Chamon se de fato não é só a capa, se o documento está na íntegra que é a tese de doutorado defendida aqui e, nesse aspecto, nós podemos recusar a inscrição. **Prof. Luiz Chamon** – De fato eu não tinha a tese original dele em mãos para constatar se o documento é exatamente a mesma coisa ou não. A princípio eu me baseei na capa do documento apresentado, que é basicamente a tese de doutorado dele. **Senhor Diretor** – Eu acho que abrir a tese e conferir é um trabalho da banca e não de verificar se a documentação é informal ou não. A tese dele não estava no banco de tese da USP. Eu tive que solicitar sua inclusão no banco de teses, o que foi feito durante esta semana, apesar de ter sido defendida há quase dois anos. **Prof. João Barata** – Em 2013 eu estive numa banca de livre-docência do Instituto de Matemática, cujo candidato era um docente aposentado do Instituto, que sofre de esquizofrenia. A tese de livre-docência que ele apresentou era simplesmente uma série de artigos baixados e copiados da Wikipédia. Apesar disso, o Instituto se viu forçado a realizar esse certame de maneira usual. Constituiu-se uma banca, inclusive com pessoas de fora do Estado de São Paulo, e a banca acabou decidindo pela não aprovação do candidato. Na época eu conversei com o então vice-diretor do Instituto, que disse que tentaram indeferir a inscrição do candidato por todos os meios, mas foram informados que os meios legais não possibilitavam o indeferimento. **Prof. Antonio Figueiredo** – Eu concordo que se for o mesmo documento há o parecer que sustentaria uma decisão de não aceitação. O próprio Prof. Chamon acabou de nos informar que não verificou se é o mesmo documento. Pode ser que ele tenha mudado algumas páginas, porém não temos essa informação. Caso alguém nessa Congregação tenha absoluta certeza que é o mesmo documento, então podemos tomar a decisão. A informação que nós temos é que a capa é de um outro documento já apresentado em outra ocasião, mas o conteúdo nós desconhecemos. É uma questão de preservação do Instituto. Eu não gostaria de ter mais uma intervenção jurídica. **Prof. Henrique Barbosa** – Eu não gostaria de seguir por esse caminho como chefe de departamento da FAP. Se o entendimento da Congregação for nesse sentido eu prefiro que seja retirado esse item de pauta para



A T A S

que haja tempo de verificar os documentos para então ser votado. **Senhor Diretor** – O parecerista não teve acesso à tese de doutorado do candidato para verificar se o documento que constava é o mesmo da tese que ele defendeu. A tese não estava disponível no DEDALUS USP. Eu mesmo verifiquei essa informação, reclamei no AGUIA USP (Agência de Gestão de Informação Acadêmica), reclamei na Biblioteca e só anteontem a tese foi colocada no DEDALUS integralmente. Eu pretendo retirar de pauta esse assunto. Ele não é urgente e pode voltar na pauta da próxima Congregação. Eu acho que não vale a pena fazermos uma votação com opiniões tão divididas na Congregação. Tecnicamente eu acho que a capa do documento identifica o documento e na capa está dizendo que o documento é uma tese de doutorado e isso me dá suficiente segurança em afirmar que ele está usando o mesmo documento para dois títulos diferentes. Essa é minha interpretação e por isso eu coloquei para votação nesta Congregação. Agora se a Congregação acha que nós temos que verificar o conteúdo do documento, que na minha opinião é uma prerrogativa da banca, é uma outra questão. Eu não sei se nós devemos entrar nesse caminho. **Prof. Luiz Chamon** – Eu tive acesso ao documento na íntegra e não só à capa. Eu não tive acesso à tese de doutorado dele e não estava no banco de teses da USP. Não era possível comparar os documentos para saber se eram os mesmos. A capa da tese de livre-docência é a própria capa da tese de doutorado. É óbvio que podemos comparar um documento com o outro, mas eu não me predispõho a comparar palavra por palavra para averiguar se as duas teses estão totalmente idênticas. Eu acho que isso não tem sentido. Se me enviarem as duas teses eu posso dar uma folheada nas duas e verificar se são iguais. **Senhor Diretor** – O próprio ISBN deve resolver esse problema, Prof. Chamon. **Prof. Adriano Alencar** - Qual o apreço que ele tem pela Instituição e pelo próprio concurso que ele está fazendo se ele não tem a habilidade de trocar a capa? Se a capa é igual assume-se que temos o mesmo documento. **Prof. Paulo Nussenzveig** – Nós temos elementos suficientes para entender que o documento apresentado é a tese de doutorado e denegar a inscrição com base nisso porque não foi apresentada uma tese de livre-docência com obviamente a possibilidade do candidato recorrer dessa decisão se achar que nós fomos injustos. O que me chama a atenção é que aqueles que disseram que nós não temos a obrigação de examinar a documentação, eu discordo, porque o que essa congregação está fazendo é exatamente o exame dos aspectos formais. Nós precisamos analisar se a inscrição atende os aspectos formais. O entendimento de acordo com o parecer que nós tivemos do Prof. Chamon, de acordo com a procuradoria, nos dá a obrigação de rejeitar essa inscrição. E caso o candidato entenda que foi prejudicado porque ele apresentou um documento que ele foi descuidado, que a capa era de outro documento, então que ele apresente um recurso dizendo isso. Eu gostaria de apresentar esse encaminhamento. **Senhor Diretor** – Prof. Paulo eu aceito esse encaminhamento. **Profa. Ivone Albuquerque** - A única coisa que eu gostaria de acrescentar é que nós devemos nos preocupar com o contrário; quando o título é diferente, mas o conteúdo é igual. **Profa. Elisabeth Yoshimura** - Penso que deveríamos negar a inscrição porque ele disse que é a tese de doutorado dele, inclusive ele colocou a composição da banca julgadora. Quem tem que provar é ele. Se nós recusarmos registrando o motivo de ser a mesma tese apresentada para obter dois títulos, ele terá que se manifestar e justificar. **Senhor Diretor** – Eu agradeço a discussão. Vou utilizar o encaminhamento do Prof. Paulo. Está em votação. Eu solicito que vocês votem via *poll*. Nós vamos votar o parecer. Quem for favorável ao parecer é contrário à inscrição do candidato e quem for contrário ao parecer do Prof. Chamon é favorável à inscrição do candidato. **Prof. Tiago Fiorini** – Eu tenho uma questão. O sentido da palavra “originalidade” no parecer do Prof. Chamon é diferente do parecer da Procuradoria Geral. **Senhor Diretor** – Eu sei disso, mas nós estamos nos baseando no parecer do Prof. Chamon e no parecer da Procuradoria Geral que deixa bem claro que o mesmo documento não pode ser utilizado para duas defesas. Isso será comunicado com cuidado ao interessado. A única vantagem desse processo é que a Procuradoria Geral tem respondido quase que instantaneamente às minhas perguntas. O resultado está na tela. Temos 93% de favoráveis, 2%

de contrários e 5% de abstenções. (COLOCAR NÚMERO DE VOTOS) **2ª PARTE - E X P E D I E N T E - Item II.1 – Comunicações do Diretor:** Item II.1a – Defenderam Dissertações de Mestrado (04 alunos): Caíke Crespaldi: “Busca por evidências de dinâmica caótica nas flutuações turbulentas de densidade em plasmas”. Orientador: Prof. Zwinglio de Oliveira Guimarães Filho. Cleverson Andrade Goulart: “Ensemble Delta-Laguerre pseudo-hermitiano”. Orientador: Prof. Mauricio Porto Pato. Lucas Baldo Mesa Casa: “Estados ligados de Majorana em junções de nanofios”. Orientador: Prof. Luís Gregório Godoy de Vasconcellos Dias da Silva. Luigi Pierre Santos Leal: “Momento magnético anômalo do múon e $\mu \rightarrow e \gamma$ além do modelo padrão”. Orientador: Profa. Renata Zukanovich Funchal. Item II.1b – Defenderam Teses de Doutorado (04 alunos): Arnaldo Gomes de Oliveira Filho: “Estudos estruturais de cristais líquidos liotrópicos por métodos de espalhamento”. Orientador: Prof. Cristiano Luís Pinto de Oliveira. Osvaldo Camargo Botelho dos Santos: “Estudo do espalhamento elástico e reações do projétil ${}^8\text{Li}$ em alvos de massa leve, intermediária e pesada”. Orientador: Prof. Rubens Lichtenthäler Filho. Túlio Brito Brasil: “Emaranhamento multicor para conexão de sistemas quânticos”. Orientador: Prof. Marcelo Martinelli. Vitor Martins de Oliveira: “Variedades invariantes em sistemas hamiltonianos com aplicações ao sistema Terra-Lua”. Orientador: Prof. Iberê Luiz Caldas. Item II.1c – Outras Comunicações: a) Portaria do Reitor, de 28.04.21, declarando que os Profs. Drs. Alexandre Levine e Leandro Ramos Souza Barbosa, tendo obtido o título de Livre-Docente, passam a contar de 14.04.21 e 19.04.21, respectivamente, a integrar a categoria de Professor Associado, ref. MS-5. Parabéns a ambos. b) Portaria IF-16, de 30.04.21, que declara cessados, a pedido, os efeitos de designação do Prof. Dr. Leandro Ramos Souza Barbosa como membro da Coordenação de Relações Internacionais do IFUSP – CRInt-IF, a partir de 01.04.21, e designa o Prof. Márcio Teixeira do Nascimento Varella como membro da Coordenação supracitada, a partir de 04.05.21. Eu agradeço a disposição do Prof. Márcio Varella em participar dessa comissão. c) Mensagem da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), de 10.05.21, sobre o encerramento do armazenamento ilimitado no ambiente Google. Aparentemente já há tratativas com outras alternativas que possam garantir o armazenamento. d) Of. CG/029/IF/21, de 14.05.21, informando a eleição dos Profs. Cristina Leite e Ivã Gurgel como Coordenador e Vice Coordenador, respectivamente, junto à Comissão Coordenadora do Curso de Licenciatura em Física - CoC-Lic, com mandatos de 2 anos a partir de 17.06.21. e) Mensagem do Comitê Gestor do PART, de 17.05.21, divulgando o resultado do processo de avaliação do Programa de Atração e Retenção de Talentos (PART) - Edital 2021. f) Manifestação da Congregação da FE/USP contrária ao Projeto de Lei 5595/2020. g) Moção da Congregação da FEA/USP de apoio aos envolvidos diretamente no combate à pandemia. h) Of. AS.1-05/2021, do Diretor da FM/USP e Presidente do Conselho Deliberativo do HC, relativo a Moção de apoio aprovada pela Congregação da FEA/USP. Senhor Diretor – Eu tenho mais duas comunicações importantes. Nós tivemos reunião de dirigentes na qual o Prof. Vahan apresentou várias comunicações. Informou que o teletrabalho está em estudo na Procuradoria Geral e DRH. Esse é um assunto complexo, aparentemente já prevendo o teletrabalho no retorno às atividades. Chamo a atenção ao Centenário da Semana da Arte Moderna de 1922 no ano que vem, quando nós iremos comemorar duzentos anos de independência. Terão várias atividades para festejar essas duas datas e aproveitar para uma reflexão da necessidade do contexto brasileiro. Ele informou também que está em andamento a informatização 100% digital da USP, o que significa a interligação de todos os campi da Universidade com a instalação dos 600 km de fibra ótica. Comunicou que o HU tem recebido investimentos e melhorias crescentes, e que atualmente está atendendo estudantes e a comunidade USP. Eu solicito que quem tiver problemas no uso do HU me comunique para que possamos reclamar desse tipo de problema. É bom ficarmos sabendo porque o meu entendimento é de que o

A T A S

HU deve, no mínimo, atender a comunidade USP além da comunidade do entorno via convênio com SUS. **Prof. Gustavo Burdman** – Nós temos um problema recorrente há alguns anos com os pós-docs. **Senhor Diretor** – Eu encaminhei essa consulta ao Reitor e reclamei disso com ele. Posso insistir de novo com esse problema. **Profa. Helena Petrilli** - Eu estive no HU para passar com o Dr. Hu e ele me falou que o HU estava fechado para marcação de consultas e atendendo apenas covid. **Senhor Diretor** - Eu soube que o HU tem um setor funcionando e tem um setor de covid. Então eu peço que me informem quando tiverem negativas desse tipo para eu reclamar com o Dr. Margarido explicitamente e nós pressionarmos o HU para atender a comunidade. Eu acho que é nossa função e eu não vejo outro método que não seja ficar reclamando. Eu quero informar também que aparentemente houve uma queda significativa na demanda da FAPESP. É uma queda de 25% a 30%. Eu quero incentivar os colegas a apresentarem projetos à Fapesp porque ela está pedindo para aumentarem a demanda de projetos. Existe uma determinação da Pró-Reitoria de Graduação de permitir, a critério do Diretor, estágios discentes durante a execução do curso de graduação. Eu solicito que os professores que quiserem utilizar de estágio discentes como a licenciatura, por exemplo, que é um caso típico, entrem em contato comigo para podermos avaliar e garantir o respeito às medidas sanitárias e poder autorizar o estágio que é uma das condições para poder finalizar o curso de licenciatura. Finalmente, as bolsas PUB foram reajustadas retroativamente de R\$ 400 para R\$ 500 a partir de maio deste ano. Isso vai afetar significativamente o orçamento do Instituto porque as bolsas de monitoria são pagas no mesmo valor das bolsas PUB. **Profa. Kaline Coutinho** – O meu comentário é em relação à FAPESP, porque cair a demanda e a FAPESP pedir para submetermos não quer dizer que será aprovado. Eu tenho aproveitado esse período de pandemia e submetido pedidos e eu tenho ficado surpreendentemente abalada com o tempo. Eu submeti uma bolsa de iniciação científica em janeiro e recebi a resposta em julho. Ela foi e voltou para assessores inúmeras vezes. Eu submeti um projeto agora que é a FAPESP-FAPEMA que é a Fundação do Maranhão. O edital estava previsto para sair no dia 30 de abril e até agora não tive resposta. Entrei em contato com a FAPESP e eles adiaram a resposta. O processo na FAPESP está muito lento. Os docentes estão ficando desanimados. **Senhor Diretor** - Eu tenho mais duas comunicações da Pró-Reitoria de Pesquisa. Na próxima semana teremos um Simpósio de Biofísica no Instituto de Física cujo objetivo é levantar as competências em biofísica e biotecnologia no Instituto, para depois integrar com outras Unidades, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Faculdade de Farmácia e Instituto de Química, com o objetivo de criar eventualmente um centro ou uma infraestrutura de biofísica na USP. Isso é muito importante e eu convido os docentes a participar do simpósio que será aberto. Tivemos uma reunião com o Pró-Reitor de Pesquisa sobre mudanças na forma de financiamento da Petrobras para acadêmicos, fazendo projetos mais guarda-chuva e começando na faixa de 40 a 60 milhões de reais, evitando a pulverização em pequenos projetos individuais. É uma tentativa de organizar os projetos da Petrobras na USP como um todo. Eu chamo a atenção que a UNICAMP já tem um Centro de Pesquisa do Petróleo há mais de 20 anos atuando bastante intensamente junto a Petrobras. Por outro lado, se a USP criar um centro de petróleo e gás ou algo do tipo, poderemos também solicitar o apoio das outras agências de petróleo que por lei tem que destinar uma fração do seu faturamento à pesquisa. **Item II.2 – Comunicações do Vice-Diretor. Prof. Gustavo Burdman** - Sobre o andamento do processo de progressão horizontal informo que os departamentos finalizaram suas avaliações dos docentes que se candidataram através de comissões, que foram aprovadas pelos conselhos, teve um período de recursos e agora o processo está com a Comissão Assessora da Congregação (CAC) que terá sua primeira reunião na próxima quinta-feira, dia 03. Lembro que esta Comissão é formada por 6 membros, sendo um de cada departamento e 6 membros externos indicados por cada um dos departamentos. Eu estarei ajudando nos trabalhos. Eu queria informar que tivemos alguns problemas com o sistema e a CAD está tentando solucionar. Os membros da comissão não têm



A T A S

acesso ao material e nós temos então que reinserir todas as informações dos 42 candidatos no sistema. Nós não temos acesso à STI diretamente, somente através da CAD. A CAD não tem sido muito eficiente em responder nossos problemas. Nós simplesmente temos que contornar esses problemas montando nosso próprio sistema junto com AvalDoc, porque ele não tem atendido às nossas necessidades. O Fábio está trabalhando extra para conseguir reinserir todas as informações que já existem no sistema. Esperamos que os membros das comissões recebam até amanhã, no máximo, alguma informação de como proceder em antecipação da nossa primeira reunião na quinta-feira próxima. **Profa. Valéria Dias, representante da CPGI** - Eu gostaria de dar ciência sobre o andamento do processo seletivo para ingresso na Pós-Graduação, para mestrado e doutorado, nas três modalidades do Ensino de Física. Nós estamos encerrando a segunda etapa que é a análise das provas escritas dos candidatos e depois seguiremos para a terceira etapa que são as entrevistas dos candidatos aprovados na segunda etapa. A fase da prova escrita foi realizada sem intercorrências, nós fizemos tudo online. Foram 129 candidatos que fizeram a prova. O resultado da segunda etapa será disponibilizado essa semana. **Prof. Cristiano Oliveira, Presidente da CCEX** - Eu enviei uma mensagem sobre a possibilidade do uso do projeto chamado USP Móvel. Nós tivemos cinco grupos que enviaram propostas tanto para o uso do chamado "USP Escola Móvel" quanto para o "USP LabMóvel". Nós tivemos uma reunião na sexta-feira passada e a ideia é agrupar essas cinco propostas em dois grupos, um para o uso da Escola Móvel e outro para o uso do LabMóvel porque assim aumentamos as nossas chances de ter espaço nesse projeto e racionalizamos o uso disso. Os colegas irão se organizar e enviarão um projeto conjunto e prepararemos um documento para envio à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Referente à Comissão de Gestão Ambiental estamos fazendo um esforço para liberar e organizar o antigo Laboratório de Química e com auxílio do Prof. Giancarlo fizemos toda a catalogação dos produtos ali existentes. A diretoria nos forneceu caixas e amanhã prosseguiremos com o trabalho naquele espaço. A nossa ideia é fazer a separação do que é útil e do que pode ser descartado. Acredito que em breve conseguiremos arrumar todo o local e deixar tudo preparado para que os colegas possam utilizá-lo. **Senhor Diretor** - Eu quero agradecer o empenho dos Profs. Cristiano e Giancarlo na liberação do Laboratório de Química. Tem sido um trabalho bastante complicado, mas também bastante bem-sucedido dado o empenho de ambos e da Assistência Operacional do Instituto que tem se empenhado muito na limpeza desse laboratório. **Prof. Adriano Alencar, Presidente da CPQ** - Eu levei o assunto discutido no último CTA sobre o PART e bolsas PUB ao Pró-Reitor na reunião do Conselho de Pesquisa sugerindo que as bolsas PART fossem distribuídas às Unidades ao invés de serem centralizadas na Reitoria. O Prof. Sylvio informou que esse assunto já foi debatido no passado quando as bolsas PART foram institucionalizadas e decidiram continuar centralizando na vice-Reitoria. Portanto, o vice-Reitor gerencia essas bolsas e agora não é o momento para essa mudança. Eu acredito que isso ainda esteja relacionado com as diretrizes de pós-docs orientarem alunos de iniciação científica e que isso é importante e que se for para outras Unidades é importante que os critérios mudem. Mediante essa resposta, eu sugeri, conforme discutido no CTA, que os pós-docs pudessem orientar as bolsas PUB. Temos uma quantidade grande de bolsas PUB e porque não termos uma quota para os pós-docs, já que a USP está exigindo tanto dos pós-docs porque não também oferecer uma quota. Isso foi muito bem recebido tanto pela Pró-Reitoria como pela Ana Paula, assessora da Pró-Reitoria que trabalha na linha do PUB, nos editais e que está mais vinculada a isso. Ela achou a ideia interessante e disse que iria analisar. Possivelmente isso aparecerá nos próximos editais. Nós passamos a mensagem do Instituto para a comunidade. O Prof. Sylvio mencionou que a FAPESP lançará em breve o novo edital do CEPID e para quem quiser começar a se organizar é uma boa oportunidade. Referente à Petrobras, a reunião foi com um grupo mais restrito, provavelmente Pró-Reitoria, vice-Reitor, e mais algumas poucas pessoas para conversar como será elaborado esse projeto para a USP. Quanto ao calendário do PIBIC, as



A T A S

inscrições já foram encerradas. As avaliações dos projetos já estão com os pareceristas. O prazo da classificação dos projetos é dia 24/05 e a Comissão de Pesquisa se reunirá para fazer a classificação. Nós sabemos que essa classificação é muito bem estruturada, ou seja, não tem muita margem. Quem tem projeto de pesquisa e bolsa de produtividade financiados é categoria A e, provavelmente, vai receber bolsa e, quem está fora dessa categoria pode receber uma ou duas bolsas quem estiver na categoria B. Isso vem acontecendo pelo menos nos últimos 5 anos. A quantidade de bolsas aparentemente continua a mesma do ano passado. O número de inscritos no PIBIC segue o mesmo de anos anteriores. No curso de inverno tivemos em torno de 113 inscrições. Esse é um número baixo. Nos anos anteriores tivemos em torno de 300 a 400 inscrições, ou seja, tem um quarto do que normalmente teria. As palestras já foram definidas e estão disponíveis na página da Comissão de Pesquisa. Nós estamos organizando através do Google Drive vinculado as contas USP e todos os palestrantes terão uma pasta chamada "CPqIFUSP – Curso de Inverno" com todas as instruções e material do curso. O palestrante que não tiver acesso a essa pasta pode requisitar enviando um e-mail à Comissão de Pesquisa. Nós reenviaremos o convite para participar desse Drive, no qual o palestrante entrará no seu tópico e poderá fazer o upload do seu vídeo e outros materiais suplementares, caso ache necessário. Se quiser poderá inserir artigos, além da palestra de 45 minutos, para que os alunos tenham mais material para pesquisa. **Prof. Raul Abramo, Presidente da CPG** - Por causa da pandemia continuamos a adotar medidas extraordinárias para não prejudicar os alunos, em particular na questão de prazos. Os alunos que se matricularam até o final de 2019 terão os prazos máximos estendidos, sendo permitido que proficiências, qualificações e defesas sejam adiadas por até dois anos. Para os que se matricularam até 2020, por enquanto, o prazo de extensão é de 12 meses. Essa decisão é extra regimental com base em ofícios enviados pela Pró-Reitoria. Referente ao problema das bolsas nós não temos uma solução. É um grande gargalo. As bolsas estão terminando, os alunos não conseguem fazer ou terminar seus experimentos e ninguém tem uma solução para isso. Essa geração vai ser sacrificada, é isso que está acontecendo efetivamente. Estamos adiando os prazos e muitas vezes isso não resolve, mas é o que podemos fazer. Outra coisa é que há um acúmulo de orientadores que tem muitos alunos que não conseguem se formar e ficam represados. Para evitar que esses alunos e seus orientadores fiquem prejudicados a Pró-Reitoria aumentou o número máximo de alunos por orientador para 15 alunos no máximo. A secretaria da Comissão de Pós-Graduação fez uma reorganização do seu trabalho que agora está essencialmente centrado nos sistemas USP e os e-mails da CPG mudaram. Os novos endereços constam na página da CPG e estão nesse documento que eu enviei à Congregação. **Prof. Fernando Navarra, Presidente da CG** - Nós começamos a rever a distribuição de encargos didáticos para o próximo semestre passando o questionário de prioridade e a resposta de confirmação de prioridade era até ontem. A próxima etapa vai de 1 a 15 de junho. Convidamos os colegas a entrarem na página da CG e preencher o formulário de opção de carga didática. De 15 a 25 de junho, a CG fará os ajustes necessários na carga didática. De 1 a 15 de julho, começa a inscrição dos alunos candidatos à monitoria. Concomitantemente, de 12 a 19 de julho, começa a primeira interação do período de matrícula, que é importante para definirmos a quantidade de monitores. E de 20 a 27 de julho é o período de solicitação de monitores pelos docentes, que deverão entrar na página da CG para fazerem seus pedidos. Só lembrando que as aulas começam no dia 9 de agosto. Eu mencionei há um mês que estávamos trabalhando numa planilha de alocação didática. Esse é um trabalho antigo que começou com o Prof. Valmir Chitta e recentemente ele foi aprimorado pelo Prof. Gabriel Landi. O Prof. Gabriel e a Mariana, que trabalha com ele, criaram um programa que lê os dados do Júpiter e deixa para todo mundo de uma forma muito fácil. No momento essa planilha está hospedada no site do Departamento de Física dos Materiais, na área do Prof. Gabriel. O link é <http://www.fmt.if.usp.br/~gtlandi/alocCG> Ao clicar no link irá aparecer uma tela que permite uma consulta instantânea de várias informações. Por

A T A S

exemplo, para obter os detalhes de uma disciplina você clica e escreve o nome dela e aparecerá as informações desta disciplina nos últimos 20 anos, inclusive os professores que a ministraram. Você também pode fazer essa pesquisa por docente. Essa é uma ferramenta que já está disponível. Ela é pensada para ajudar os docentes a fazerem a opção de carga didática e também ficará disponível para consultas. No momento estamos trabalhando com o CCIFUSP para alojar essa planilha na área da CG no site do IFUSP. Referente ao Projeto Político Pedagógico (PPP), nós terminamos sua atualização e gostaríamos que isso circulasse pelos departamentos, fosse aprovado e, se possível, encerrássemos o processo de tramitação na Congregação agendada para o final de junho, finalizando com o envio à Reitoria. As mudanças importantes são a introdução das Atividades Acadêmicas Complementares (AAC's). Iremos divulgar uma lista de atividades que serão aceitas e inclusas no histórico escolar dos alunos. Essa é uma mudança que tem que ser registrada no PPP (Projeto Político Pedagógico) e já estamos providenciando. A segunda mudança foi resultado do trabalho que estamos desenvolvendo. Teve um edital da Pró-Reitoria de Graduação dando apoio e financiamento a projetos de mudanças. O nosso Instituto propôs um projeto de mudança das disciplinas da área de física computacional. Tem uma série de pessoas que ministram as disciplinas da área de física computacional que já estão pensando nesse assunto. O Prof. Luís Gregório é o responsável e organizador. Nós já introduzimos algumas mudanças que também precisam constar na atualização do Projeto Político Pedagógico. Por exemplo, antes, em seis semestres, nós tínhamos apenas duas disciplinas obrigatórias da área de física computacional, cálculo numérico e programação, oferecidas pelo IME, que são MAC0115 e MAP0214. Agora, introduzimos duas disciplinas, que já existiam como optativas, mas foram transformadas em obrigatórias e foram deslocadas para o início do curso, 4300218 e 4300318. A ideia é que no 1º semestre os alunos sejam expostos ao ensino e aprendizagem de algoritmos, de ferramentas numéricas, algébricas, tipos de software, e que isso auxilie os alunos a fazerem todo o curso que tem pela frente. Além disso tem uma optativa fazendo um total de cinco disciplinas de física computacional que tem um impacto na formação dos alunos e prepara os alunos melhor para trabalhar com ciência de dados depois. Isso vai significar uma pequena mudança nas ementas. Isso vai ser discutido, mas primeiro tem que ser aprovado as linhas mestras do que estamos fazendo. Na última reunião do Conselho de Gradação recebemos a instrução para que a CG classifique todas as disciplinas de Física em ciclo básico, intermediário e profissionalizante. Aparentemente é uma demanda externa à Universidade. Há uma intenção da Reitoria de trabalhar na organização das disciplinas para transformar essa classificação formal em efetiva, onde a Universidade passa a trabalhar com ciclos. Eu comentei na reunião que a divisão mais adequada para o nosso curso seria "básico", "avançado" e "específico", sendo que aqui entrariam as optativas. Há uma moção do Departamento de Física Experimental, de iniciativa do Prof. Vito Vanin, que foi aprovada na Comissão de Graduação e enviada ao Conselho de Gradação. Essa moção sugere que entre as medidas que são feitas para melhorar e auxiliar a permanência dos alunos na graduação, como auxílio-moradia e auxílio-alimentação, seja incluído algum tipo de "auxílio-internet" e ajuda no financiamento de compra de computadores. Essa moção não passou na Congregação por uma questão de tempo, mas eu posso divulgar entre as pessoas porque eu estou convencido de que todos estariam de acordo com seu conteúdo. Nós fizemos o levantamento de informações para preenchemos os formulários para o guia da Faculdade do Estadão. Depois de avaliados, seremos ranqueados e efetuarão a divulgação entre possíveis estudantes com essas características. Essa avaliação sempre foi considerada por todos os outros presidentes de CG como muito estranha, muito imperfeita e muito pouco transparente, mas continuamos fazendo assim mesmo. Não estamos muito satisfeitos, mas ainda estamos participando porque ficar excluído seria ainda pior. Nós vamos retomar a definição de carga didática simples e dupla. Nós não temos uma proposta e não temos urgência. Sabemos que esse é um assunto delicado, que deve ser feito com cuidado e com a participação de todos. O objetivo inicial é



A T A S

uniformizar a conduta dos departamentos, definição de uma regra e a adequação ao Estatuto do Docente. O artigo 52 diz que "durante o ano letivo, a carga de aulas do docente, em qualquer regime de trabalho, deverá respeitar o limite mínimo de 8 (oito) horas semanais". Podemos incluir como hora de atividade didática, tempo gasto com iniciação científica, tutoria, supervisão de trabalho de conclusão de curso. Existe a possibilidade de criarmos uma norma para explicar o que nós fazemos. Nossa proposta é de discutirmos o assunto para estabelecermos uma boa definição do que é carga didática simples e dupla. Nos últimos tempos, e por causa da pandemia, muitas pessoas perguntaram à CG o que é carga dupla, se tem alguma mudança e como se define a carga dupla. Nós fizemos uma simples consulta aos departamentos sobre a definição de carga simples e carga dupla. Não existe uma regra normatizada, mas existe a prática que temos usado no dia a dia para os docentes pedirem dispensa cobrando carga dupla. O resultado da pesquisa revelou que em quatro departamentos, FMT, FMA, FEP e FGE, a ideia de carga simples é uma turma de 4 ou 6 horas e uma carga dupla são duas turmas. Os outros dois departamentos, FNC e FAP, tem ideia de carga simples na prática é 6 horas e a carga dupla seria de 12 horas. Esse é um ponto de partida. Nós vamos manter os departamentos sempre informados e participando do processo, para que depois de algum tempo nós tenhamos uma proposta regulamentadora definitiva. **Senhor Diretor** - Eu agradeço a iniciativa da CG em discutir e encaminhar alguns assuntos bastante espinhosos, mas que em algum momento teremos que enfrentar. **Prof. Oscar Éboli** - Na semana passada estavam entrando no curso alunos da sétima chamada da FUVEST. Tecnicamente estão reprovados por falta. Será muito difícil esses alunos aproveitarem o curso. Não podemos nem usar o mês de férias para que eles se recuperem. A Universidade precisa pensar em mecanismos que não efetue chamadas tão tarde. Passada uma semana já não dá para chamar mais. Convoca um pouco mais de aprovados. Em um ano terá um pouco mais e no outro um pouco menos de alunos. Essa situação está impossível. No próximo ano teremos problemas maiores ainda, porque não teremos ENEN e haverá um atraso. Se tivermos vaga no SISU teremos um aumento de problemas no primeiro ano. O problema não é só da Física, mas das disciplinas de cálculo também. A outra pergunta é se você teve alguma resposta da Matemática sobre aquele problema com o cálculo? **Prof. Fernando Navarra** - Sim. Eu vou esclarecer à Congregação. O Prof. Oscar soube por um aluno que um professor do Instituto de Matemática está ministrando o curso sem dar aula expositiva. Ele pedia para os alunos lerem um certo conteúdo e agendava um horário em que ele discutia esse conteúdo com os alunos. Portanto, o horário da aula, na verdade, era o horário da discussão para tirar dúvidas. Segundo o Prof. Oscar havia um certo descontentamento. Eu fui falar com o presidente da CG do IME e fui informado que esse professor realmente está fazendo isso. Ele já havia feito isso o ano passado inteiro. Ele diz que é o método dele e que, segundo ele, está executando com bastante sucesso. Não tem nenhuma queixa dos alunos do IME nos cursos que ele leciona dessa maneira. Eu verifiquei que nós temos um professor que ministra uma disciplina de Física aos alunos do IME da mesma maneira. Se fossemos intervir sobre esse assunto, por um professor estar ministrando uma disciplina de um jeito que não consideramos aceitável, teríamos que fazer isso de maneira ampla. Teríamos que ter algum abaixo-assinado ou manifestação dos alunos ou da CG do IME. Eu estou prestando atenção a esse caso. Eu não sei dizer ou julgar se esse método funciona ou não. Eu sei que nós podemos responder quando tiver alguma demanda, alguma queixa ou podemos refletir sobre o assunto e criar regras para definir o que é aceitável e o que não é aceitável em cursos feitos no modo remoto. No primeiro ano levando em consideração a redução de danos não fizemos nenhuma cobrança aos docentes. Foram ministrados diferentes tipos de aula durante o período de ensino remoto. Alguns docentes filmavam dando aula na lousa e mostravam aos alunos. Outros utilizaram o esquema do método de estudo dirigido. Muitos utilizaram os slides e outros uma lousa eletrônica. Nós não estabelecemos normas para isso e por isso não temos autoridade para intervir junto ao docente. Eu nunca ouvi falar que a CG, no passado, tivesse o papel de supervisão



da atividade do docente em sala de aula com recomendações. Eu só não sei ainda o que fazer e não tenho nenhuma orientação da CG. Referente às muitas chamadas da FUVEST e SISU, eu vou me informar melhor sobre isso. **Profa. Márcia Fantini** - Primeiro eu queria parabenizar o Prof. Fernando por enfrentar esse problema da carga didática. É difícil mesmo porque parece que não é igual para todo mundo. A lei é diferente para alguns e eu acho que isso é importante. Tenho uma aluna de mestrado que não conseguiu a monitoria e não sei qual o problema que está tendo em atribuir o monitor ao professor. Eu estou te alertando desde já porque estava tudo certo com o professor, ela se inscreveu na monitoria, mas não teve resposta se foi aprovado ou não. Muitos estudantes, principalmente os que entraram agora na pós-graduação, conseguem ficar se conseguem alguma coisa extra e essa aluna em particular conseguiu fazer aquela monitoria na Univesp, com o valor que é parecido com o valor da bolsa Capes e junto com uma monitoria do Instituto ela conseguiria se manter. Porque o meu caso foi idêntico ao que estão relatando. A nota dela não foi aprovada na FAPESP. Essa questão da monitoria talvez precise colocar uma pessoa específica para cuidar disso e dar atenção, porque é uma forma dos alunos terem recurso. **Prof. Marcos Martins** – Eu gostaria de comentar que regimentalmente o acompanhamento e avaliação dos cursos são de responsabilidade da CoC da licenciatura e do bacharelado que devem fazer e apresentar um relatório à Comissão de Graduação. Existe uma determinação de quem deve fazer isso no Regimento. **Item II.4 – Comunicações da Representante da Congregação no Conselho Universitário. Senhor Diretor** – Aviso que na seção de comunicação dos membros, o Prof. Paulo Nussenzeig se dispôs a explicar um pouco o que está acontecendo na FAPESP e sobre as dificuldades que estamos tendo na FAPESP. **Profa. Rosangela Itri** - Em relação ao Conselho Universitário nós não tivemos reunião há algum tempo. Sendo assim em relação à última Congregação não há nenhuma novidade, embora o Senhor Diretor tenha participado de uma reunião de dirigentes. Nós estamos organizando o Simpósio para levantar as potencialidades do Instituto para trabalhar em rede em termos de biotecnologia e biofísica. É uma iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa. O simpósio vai acontecer no próximo dia 2, quarta-feira, das 15h às 18h, com vários professores do Instituto, cerca de 15 a 16 docentes que vão falar nesse simpósio, com 10 minutos de fala para cada um. A ideia é identificar as potencialidades que temos do ponto de vista teórico ou experimental para trabalhos que possamos desenvolver ou estamos desenvolvendo e que possam ser feitos em colaboração dentro de uma rede multidisciplinar que envolva a Faculdade de Medicina, o Instituto de Química, Faculdade de Farmácia e a Poli no primeiro momento. Vários de nós já temos colaborações em andamento e outros gostariam de privilegiar algumas colaborações. Será um fórum mais de conhecimento e discussão para prospectar as potencialidades que existem dentro do Instituto. Principalmente porque nós temos um parque de equipamentos grandes que podem auxiliar em caracterizações, assim como um ferramental teórico que pode auxiliar. É aberto a todos. Talvez interesse para o grupo Inova da USP para perceberem no que as pessoas estão trabalhando dentro do Instituto. A abertura do simpósio será feita pelo Prof. Sylvio Canuto, atual Pró-Reitor de Pesquisa, em que ele vai colocar as ideias da Pró-Reitoria de Pesquisa para catalisar esse encontro. Eu convido a todos. **Item II.5 – Comunicações dos Membros da Congregação. Prof. Paulo Nussenzeig** – Eu li várias reclamações que apareceram no *chat* e há algumas coisas que vale a pena esclarecer. Primeiro sobre a questão de prazos. A Profa. Kaline falou de um pedido junto a uma chamada com Fapema. Esses pedidos de chamadas sempre seguem um trâmite um pouco diferente. Tem toda uma etapa de enquadramento que é feita por um técnico da FAPESP que trabalha cuidando daquela chamada antes de ir para coordenação de área. O julgamento dessas chamadas é sempre feito em sessões especiais colegiadas e depois de passar pela coordenação, segue para o julgamento conjunto de diferentes áreas. Não passou ainda para a análise do colegiado da coordenação de área. Em relação às outras questões sobre prazos para julgamento de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, a sistemática dessas avaliações sempre seguiram

A T A S

um calendário de periodicidade de quatro semanas. Isso foi modificado esse ano e o período agora é de 8 semanas. Nós temos duas semanas em que se julga mestrado, depois duas semanas em que se julga doutorado, duas semanas para pós-doutorado, duas semanas para projetos e só então recomeça o ciclo. O projeto dá entrada é distribuído para duas assessorias, depois ele volta e se você dá um azar do projeto voltar logo depois de um julgamento ele vai passar dois meses esperando o próximo julgamento. Finalmente em relação às questões sobre o rigor. Todas as análises do pedido de bolsa são feitas em sessões colegiadas e elas são feitas de acordo com a demanda que existe. Alguém mencionou o histórico escolar com uma média 7,6 e eu posso dizer para vocês que está bem mais competitivo do que isso. Por outro lado, foi mencionada aqui a preocupação com uma redução de demanda que advém de uma comunidade profundamente deprimida em todos os sentidos. Naturalmente as pessoas estão deixando de fazer pedidos. Do ponto de vista das bolsas, em particular, isso é péssimo porque as cotas são definidas com base na demanda, portanto, se a demanda cai é reduzido o número de bolsas que podemos alocar, fora evidentemente limites estatutários, que é de 40% do orçamento com bolsas. Há uma preocupação grande porque a depressão em termos de pedido de projetos foi grande, significa que se diminuirmos o financiamento a projetos isso também tem impacto sobre aquilo que podemos financiar em termos de bolsas. Os auxílios individuais tiveram um montante acrescido de 50%. O limite de 200 mil passou a 300 mil. É óbvio que para começar projetos realmente novos com 300 mil reais um projeto experimental está longe de ser trivial, sem contar que tem uma outra limitação que infelizmente não foi alterada, que é o valor máximo de 100 mil para um equipamento individual. A mudança dos prazos tem relação com flutuações. O problema é que como uma demanda é avaliada nas sessões de análise colegiada a comunidade e membros das coordenações sentem obviamente um desconforto de reuniões mais competitivas e reuniões menos competitivas. É muito ruim se atribuímos bolsas numa reunião que não passariam em outra, e em outras se recusa bolsas de pessoas muito qualificadas. Isso é um incômodo e por isso foi alterada essa periodicidade, para que acumulasse um pouco mais a demanda de modo a ser mais fiel e mais representativo e ter menos flutuações. As observações sobre o parecer de assessoria, há evidentemente muitas flutuações em relação à qualidade dos pareceres, o quanto são circunstanciados, são detalhados, informativos e obviamente tem flutuações no nível de rigor das pessoas que dão os pareceres. Tudo isso é levado em consideração nas sessões de análise colegiada que são feitas em conjunto entre as coordenações de área e os membros da coordenação adjunta. **Senhor Diretor** – Foi muito elucidativo. Chegaram em boa hora essas várias explicações. Vou aproveitar e pedir ao Prof. Gustavo que coordena a reunião. **Prof. Rubens Lichtenthaler Filho** – Sobre a nota dos alunos candidatos como vocês comparam notas de diferentes instituições. Há alguma normatização nesse sentido? Adianta recorrer? **Prof. Paulo Nussenzeig** – Nós utilizamos bastante a classificação na turma para poder comparar diferentes instituições. Nós temos uma noção da dificuldade de diferentes cursos e olhamos, sempre com bastante cuidado, disciplinas que são relevantes para a formação da pessoa e relevantes para o projeto de pesquisa. Então se a pessoa tem notas baixas em disciplinas que são cruciais para o projeto de pesquisa isso é levado em consideração. A pergunta se vale a pena pedir reconsideração ou não é uma questão bastante relativa. Eu recomendo sempre nesses casos olhar não só o que está escrito nos pareceres de assessoria, mas principalmente o que vem no parecer das coordenações. Se o parecer das coordenações é um parecer em que as restrições foram apontadas, a bolsa não deve ser concedida, a chance de passar numa reconsideração é relativamente baixa. Se o parecer indica as falhas, mas deixa claro que isso pode ser reformulado, definitivamente vale a pena solicitar uma reconsideração, porque conforme o número de pedidos aumenta a concessão de bolsas. **Profa. Márcia Fantini** – Muito esclarecedor. O que você disse sobre a questão dos projetos é muito importante, porque mesmo assim numa avaliação do projeto há discrepância grande entre os revisores. Eu uso como procedimento escrever

de forma mais sucinta, porque as pessoas são ocupadas, ao invés de escrever projetos com vinte páginas e, como não tem uma norma para isso, no meu caso, recebi um negativo com a nota do aluno. Eu queria saber se o projeto é avaliado por vocês ou só o que vem do assessor. **Prof. Paulo Nussenzveig** - Nós recebemos os pareceres da assessoria, lemos com cuidado todos os pareceres e quando não há críticas nós procuramos olhar a fundamentação. Nós procuramos identificar se o parecer é bom e por qual razão, se é original e por qual razão, tem potencial de impacto e por qual razão, se é um projeto arrojado e vai fazer diferença. Muitos pareceres classificam como excelente e muito bom, mas não dão esses esclarecimentos. Quando nós sentimos a necessidade desses esclarecimentos quando nós temos bons pareceres nós olhamos menos o projeto. Porém, se temos pareceres poucos informativos temos que olhar melhor o projeto. E quando temos pareceres com críticas, obviamente nós olhamos para verificar se as críticas estão bem fundamentadas. Quando há um bom trabalho de assessoria diminui a necessidade de olharmos os projetos em detalhe. Dificilmente nós pegamos um projeto que tenha sido bem ou mal avaliado pela assessoria com críticas que merecem resposta e nós mudamos o caráter do parecer. Quando vem um parecer com críticas, por exemplo, você comentou sobre a questão de o projeto estar sucinto e de faltar detalhes da metodologia, nós olhamos isso e se os detalhes pedidos são muito triviais, muitas vezes nós desconsideramos. Se nós achamos que merece resposta por parte da pessoa não tem como aprovar com o parecer que tem essas críticas nós retornamos. Além disso, é muito difícil aprovarmos as bolsas para candidatos cuja média esteja abaixo de 8. Isso porque a quantidade de candidatos com média superior a 8 é grande. Se as críticas voltam principalmente por conta das notas, a possibilidade de ser aprovado na reconsideração é muito baixa. **Prof. Chamon** – Eu acho que dizer que o aluno com nota menor que 8 dificilmente conseguirá bolsa é uma coisa preocupante porque um aluno que tem nota 7,5 é um bom aluno. A nota de corte da FAPESP está cortando muitos bons alunos. Estamos ficando demasiadamente elitistas. Isso é preocupante. Agora, se há uma posição desse tipo, a FAPESP deveria colocar esses números como informação porque se vê um aluno que tem nota 7 eu considero um bom aluno, eu vou fazer um pedido de bolsa para ele. Depois de passar por todo o processo de tramitação ter a bolsa recusada porque a nota dele é baixa é frustrante tanto para o orientador como para o aluno. **Prof. Paulo Nussenzveig** – Eu só posso dizer que o que determina essas notas é principalmente a demanda. Como nós temos candidatos com históricos escolares sistematicamente com médias acima de 8 e o número de bolsas que nós podemos atribuir é finito, é isso o que determina. Isso é uma coisa que tem acontecido recentemente, a coordenação adjunta fez um trabalho para que nós tenhamos sempre os pareceres de coordenação com menção aos critérios. Esses critérios estão na página da FAPESP. Em particular, a questão de o histórico escolar ser de excelência é um dos critérios que está na página da FAPESP. Não existe uma nota de corte. Se olharmos a evolução histórica dos últimos anos, dificilmente alguém com uma média abaixo de 8 ganha uma bolsa da FAPESP nesses pedidos. Eu estou à disposição para, se quiserem, marcar uma reunião especificamente para conversar sobre esse assunto. **Senhor Vice-Diretor** – Voltando ao tema das notas, você falou que a nota era muito importante e que é muito difícil, historicamente, que alguém com a média abaixo de 8 seja contemplado com uma bolsa da FAPESP. Obviamente isso é um problema tendo em vista que é muito difícil avaliar, é muito competitiva a demanda, porém você falou que existia uma forma de avaliar por classificação na turma e isso me preocupa bastante porque o nível de uma turma no IFUSP e em outras Unidades do Estado de São Paulo é muito diferente, sem contar o problema da inflação de notas que tem em outras instituições que nós não fazemos. A mensagem da FAPESP para os nossos alunos que finalizam a graduação é de que não façam a pós-graduação no IFUSP e sim em outro lugar em São Paulo porque aqui você não tem chance de ter uma bolsa se não tiver 8,5 ou 9 de nota" ou a mensagem para os docentes é para dar nota 10 para todo mundo, porque senão ele nunca vai ter chance de obter uma bolsa da FAPESP. Obviamente, que nós concordamos

A T A S

que ambas as mensagens estão erradas. Eu concordo que esses casos são extremamente complexos para a FAPESP tomar decisões, mas a classificação em turma é uma péssima escolha. Sem contar que a nota da graduação, mesmo quando você já teve um mestrado, ainda é considerada. Eu acho isso uma falta de consideração com a evolução do aluno. A minha crítica é que existe um problema que a competitividade de uma Instituição vai contra ela, mesmo com a capacidade de ter essas bolsas. Você reclama da falta de demanda, mas eu tenho um aluno com nota 7,8 que eu sei que ele não tem chance. Eu não vou fazer o pedido para aumentar a capacidade de demanda. Sinceramente, o tema da nota é um problema que a FAPESP vai ter que lidar de alguma forma e que não é numerologia por nota porque isso está ferindo as melhores Instituições do Estado de São Paulo e isso é um problema. **Prof. Paulo Nussenzeig** – Desculpe, Prof. Gustavo, mas a argumentação de que a FAPESP está ferindo teria que ser embasada com uma baixa concessão de bolsas a alunos e alunas que se formaram no Instituto de Física e que vieram fazer pós-graduação no Instituto de Física em comparação com outras instituições e isso não está acontecendo. O fato é que a competição é alta para todo mundo, tanto para aqueles que são daqui e para outros lugares também. Não é verdade que alunos do Instituto de Física estão sendo prejudicados por conta das notas atribuídas no Instituto de Física. **Profa. Márcia Rizzutto** – Existe uma preocupação muito grande com os alunos que, ao entrarem na Universidade, muitas vezes enfrentam uma fase de adaptação e não conseguem ter notas excelentes como 9 e 10 logo no começo do curso. Eles vão progredindo, melhorando, evoluindo e conseguem ter boas notas e boas avaliações no final do curso. Só que a média dele infelizmente é 7 ou 7,5. Essa preocupação dos alunos chega muitas vezes até mim, enquanto representante da Comissão de Pesquisa. Os alunos estão desesperados quando entram no Instituto de Física, não se adaptam logo no começo e nunca vão conseguir uma bolsa FAPESP dele porque eles não conseguem mostrar para a FAPESP que evoluíram e conseguiram melhorar. Todos os alunos vêm me perguntar: -"Professora, eu entrei e tive notas ruins no primeiro ano, mas minhas notas melhoraram. Isso significa que eu nunca vou poder ter bolsa da FAPESP? Eu tenho dito a eles que não sei. A FAPESP tem uma regra de notas 8 e, portanto, se você não teve notas 8 e 10 logo no primeiro ano, sinto muito, mas você nunca vai ter bolsa FAPESP. Eu acho que a FAPESP tem que reavaliar isso. O nosso rigor como professores do Instituto de Física é muito alto e os nossos alunos são punidos por isso. Os nossos alunos têm sim notas baixas por nossas exigências. Outras situações que estão acontecendo, por exemplo, uma aluna que não tem bolsa e tem nota 7 e 6, faz um ano de Mestrado e tem notas "A" em todas as notas da pós-graduação, eu entro com recurso, eu argumento, o revisor enfatiza que a aluna teve uma progressão e mesmo assim a bolsa é recusada. O projeto foi bem avaliado, a orientadora foi bem avaliada, tudo foi bem avaliado. Os meus alunos têm um problema porque não tem notas 8, mas são excelentes pesquisadores que estão trabalhando comigo e eu não consigo conseguir bolsas da FAPESP para eles. Sinto muito pelo desabafo, mas a FAPESP tem sim que avaliar corretamente o orientador, a nota do aluno e essa somatória vai fazer nós mudarmos esse quadro que nós temos. Desde que eu entrei a CPq eu tenho conversado com os alunos do primeiro ano e eu tenho enfrentado essa pergunta sem saber como responder para eles e a prova está aqui, nesses últimos anos a FAPESP não tem mudado esse perfil e os nossos alunos estão sendo prejudicados. É o conjunto da somatória que vai fazer com que possamos mudar isso. **Prof. Paulo Nussenzeig** – Deixe-me fazer alguns esclarecimentos. As acusações que foram feitas de que os alunos do Instituto estão sendo prejudicados ou coisas do gênero, precisariam ser embasadas com dados mostrando que em outras instituições alunos têm tido muito mais facilidade de obter bolsas da FAPESP. Eu estou dizendo a vocês que isso não é verdade. Está difícil para todo mundo. Eu não disse que existe uma nota de corte. Eu disse que muito dificilmente alunos com média inferior a 8 conseguem bolsas de Mestrado ou de Doutorado. Se vocês pegarem os alunos que estão de 10% a 20% melhores das turmas do Instituto de Física da USP, todos têm médias superiores a 8. Tem muitos alunos de outras

A T A S

universidades que têm médias superiores a 8 e que não ganham bolsa. Todos nós estamos passando por um período de depressão de financiamento, falta de bolsas das agências federais e a FAPESP não supre a demanda dessas bolsas de agências federais que estão faltando. E, sim há muitos anos que as bolsas da FAPESP são extremamente competitivas e óbvio que em uma situação de crise a tendência é ficar ainda mais competitiva. Quando se coloca que deve ser avaliado projeto, orientador e aluno, tudo isso é rigorosamente avaliado. Se há críticas ao projeto, se há críticas ao orientador, o processo não passa e já volta. Acontece que nós temos uma quantidade grande de processos em que projeto e orientador são muito bem avaliados e a diferença fica no aluno. Não é dizer que não é avaliado. Nós íamos à FAPESP toda a semana durante a manhã e parte da tarde de sexta-feira e todos os processos são individualmente analisados pela coordenação de área e, atualmente, pela coordenação adjunta também. É óbvio que dividimos entre nós a relatoria dos processos, mas atualmente, desde março do ano passado, as reuniões são virtuais e nós temos uma reunião oficial com a coordenação de área toda a sexta-feira das 13h às 14h e nós da coordenação fazemos uma reunião informal das 11h às 12h, às sextas-feiras na qual a gente debate todos os processos que serão avaliados naquela reunião entre nós comparando e discutindo os processos. Todos os aspectos são avaliados, a progressão ao longo do curso é avaliada também. Se percebemos que ela começou com dificuldades, mas se a derivada é extremamente positiva isso é levado em consideração. O ponto é que é extremamente competitivo. **Senhor Diretor** – Eu quero agradecer a disposição do Prof. Paulo em nos explicar o processo de avaliação de projetos e bolsas na FAPESP. Eu acho que essa discussão é muito interessante e muito importante. Vale a pena a CPq programar uma conversa com um café da tarde com o Prof. Paulo Nussenzveig para aprender um pouco mais como garantir a competitividade de nossos projetos que certamente é um assunto que interessa a todos nós. **Senhor Iago** – Eu não vou entrar no mérito da questão de comparação da nota 7 aqui e em outras instituições, mas eu adianto que isso não tem muito lastro nas pesquisas mais avançadas de currículo e avaliação que tem aparecido na própria Universidade. Além disso, me parece que tem uma contradição fundamental, de que existe uma cota em função da demanda, e existe também a normalização perene da nota 8, como se existisse uma certa distribuição de notas e que uma parcela dessa distribuição sempre fosse aprovada e se essa quantidade total na distribuição aumenta, então aumenta a cota, mas essa parcela dos top 20% continua lá. Parece que realmente existe essa elitização. Nós temos que atentar a esse tipo de coisa e entender qual é o mecanismo está sendo utilizado exatamente. Se estamos achando que ele é inadequado temos que alterar, mas não vai ser aqui na Congregação do IFUSP, mas temos que estar cientes disso. **Prof. Cristiano Oliveira** – Todos os pedidos que eu fiz quando voltam vem com as justificativas. Uma coisa que fica clara é que daqui para frente teremos menos apoio tanto do CNPq quanto da CAPES em termos de bolsas. Antigamente, para alunos que não conseguiam bolsas FAPESP nós conseguíamos dessas agências e seguíamos fazendo a nossa pesquisa usando essas outras bolsas. Com esses cortes fica muito mais difícil porque sem bolsas fica difícil realizar trabalhos com o seu grupo ou com suas linhas de pesquisa. Uma ideia seria que o número de bolsas e de cotas que a FAPESP aloca para iniciação científica, mestrado e outros, possa ser repensado vislumbrando esses cortes que estão tendo nas outras Instituições. Nada mais havendo a tratar, às 11h11min, o **Senhor Diretor** encerrou a reunião e eu, Maria Madalena Zeitum, redigi e digitei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Senhor Diretor. São Paulo, 27 de maio de 2021.

A Congregação, em sua 590ª Sessão realizada nesta data, aprovou o referido pedido. ATA.

São Paulo, 29/05/2022

Maria Madalena Saigado Bermudez Zeitum
Assistente Técnico Acadêmico

Maria Madalena Saigado Bermudez Zeitum

